

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC FERNANDO JOSÉ MATIAS NUNES

A GUERRA CIVIL ANGOLANA NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA:
da Independência à Guerra por Procuração

Rio de Janeiro

2020

CC FERNANDO JOSÉ MATIAS NUNES

A GUERRA CIVIL ANGOLANA NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA:
da Independência à Guerra por Procuração

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Fábio Montenegro Delmas

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e serenidade para concluir mais esse desafio.

À minha amada esposa Priscila Ramos Ker Nunes pelo seu apoio e amor incondicional, compreensão em toda a minha carreira e por ser sempre o meu porto seguro.

À minha filha Maria Fernanda Ker Nunes por todo o amor e felicidade que colocou na minha vida.

Aos meus pais Pedro Nunes Sobrinho e Lucinda Matias Nunes pelas dificuldades superadas em meu benefício e pelo apoio e incentivo que me deram durante toda a minha vida.

Ao meu irmão e companheiro de turma Capitão de Corveta Felipe Matias Nunes pela amizade e por toda a ajuda nos inúmeros desafios que enfrentamos.

Ao meu orientador Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) Fábio Montenegro Delmas pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo.

A todos que direta ou indiretamente apoiaram na confecção deste trabalho, o meu muito obrigado.

RESUMO

A Guerra Civil Angolana (1975-2002), durante o período da Guerra Fria(1947-1989), sofreu diversas intervenções diretas e indiretas de Estados estrangeiros que possuíam seus próprios objetivos, sendo classificada como uma Guerra por Procuração no conceito clássico da expressão. Porém, a maneira de classificar esse tipo de conflito sofreu uma evolução após a o fim da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sendo assim, o presente trabalho tem como propósito verificar se com as definições mais atuais desse modelo teórico, a classificação ainda permanece verdadeira, por meio de uma abordagem de comparação entre a teoria e realidade. Após uma análise apurada dos principais fatos históricos do processo de descolonização de Angola e da guerra civil que se instaurou ainda antes do seu fim, tais aspectos foram contrastados não só com o conceito atual, mas também com as principais características dessa teoria aprimorada. Concluiu-se que a Guerra Civil Angolana continua sendo um exemplo clássico de Guerra por Procuração. Nesse contexto, ficou estabelecido que esse tipo de conflito não era algo pontual e específico do mundo bipolar da segunda metade do século XX, mas sim uma característica presente ao longo de toda a história, sendo uma prática que persiste até os dias de hoje.

Palavras-chave: Angola. Guerra Civil. Descolonização. Movimentos de Libertação Nacional. Guerra por Procuração. Guerra Fria.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA -	<i>Central Intelligence Agency</i>
EUA -	Estados Unidos da América
ex-URSS -	ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
FNLA -	Frente Nacional de Libertação do Leste
MPLA -	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU -	Organização das Nações Unidas
SWAPO -	<i>South-West Africa People's Organization</i>
UNITA -	União Nacional Para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	A GUERRA POR PROCURAÇÃO.....	9
2.1	CONCEITUAÇÃO.....	9
2.2	CARACTERIZAÇÃO.....	12
2.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O MODELO TEÓRICO.....	14
3	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA GUERRA CIVIL ANGOLANA.....	17
3.1	PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA.....	17
3.2	MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	23
3.2.1	Movimento Popular de Libertação (MPLA).....	23
3.2.2	Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).....	24
3.2.3	União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).....	25
3.3	CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA.....	26
4	GUERRA CIVIL ANGOLANA ENTRE 1975 E 1989: UMA GUERRA POR PROCURAÇÃO.....	28
4.1	A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO.....	28
4.2	A INTERVENÇÃO DOS EUA NA GUERRA CIVIL ANGOLANA.....	30
4.3	A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA NA GUERRA CIVIL ANGOLANA.....	32
4.4	O DESENROLAR DA GUERRA CIVIL ANGOLANA.....	35
4.5	A GUERRA CIVIL ANGOLANA COMO UMA GUERRA POR PROCURAÇÃO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA.....	38
5	CONCLUSÃO.....	42
	REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A Guerra Civil Angolana iniciada em 1975, ainda durante o processo de independência daquele Estado, só chegou ao seu fim em 2002. Esse longo conflito começou em meio à Guerra Fria (1947-1989). Nesse período, o conceito de Guerra por Procuração¹ foi cunhado para caracterizar algumas beligerâncias que permitiam às potências globais, Estados Unidos da América (EUA) e ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), perseguirem os seus objetivos estratégicos sem que ocorresse um embate direto entre elas.

Todavia, com o fim da disputa entre Washington e Moscou, o conceito continuou em evolução, até ser aprimorado em 2013 por Andrew Mumford², com base em diversos conflitos históricos que ocorreram antes, durante e após o contexto do mundo bipolar do século XX.

Assim, o propósito deste estudo é confrontar a teoria da Guerra por Procuração na Guerra Civil Angolana durante a Guerra Fria. Para tal, será utilizado o desenho de pesquisa de teoria comparada com a realidade, fundamentado em consulta bibliográfica e de pesquisas científicas.

O presente trabalho vai utilizar o conceito de Guerra por Procuração de Andrew Mumford e compará-lo com os fatos históricos ocorridos no decorrer da disputa pelo poder em Angola no período compreendido entre 1975 e 1989.

Isso posto, cabe ressaltar que o objeto de estudo é o processo de independência de Angola e a Guerra Civil subsequente, no período compreendido entre 1961 e 1989. O referido período foi selecionado, pois 1961 marcou o início das lutas de libertação nacional em

1 Expressão em inglês: *Proxy War* ou *Proxy Warfare*.

2 O Dr. Andrew Mumford é Professor Associado em Política e Relações Internacionais na Universidade de Nottingham no Reino Unido, pesquisador no Centro Internacional para o Estudo do Terrorismo da Universidade Estadual da Pensilvânia (EUA) e lecionou anteriormente nas Universidades de Sheffield e Hull, ambas também no Reino Unido. Obteve seu PhD na Universidade de Warwick no Reino Unido em Relações Internacionais. Seu segundo livro, *Proxy Warfare*, publicado pela Polity em 2013, ofereceu uma das primeiras grandes avaliações modernas do envolvimento militar indireto em guerras preexistentes.

Angola, processo que é fundamental para a compreensão da Guerra Civil Angolana, visto que uma é uma continuação da outra, em termos históricos e sociais. Já em 1989, as intervenções externas sobre o conflito se alteraram, deixando de ocorrer nos moldes impostos pelo contexto do mundo bipolar, além de marcar a retirada das tropas cubanas de Angola.

Dessa forma, estabeleceu-se a questão central desta pesquisa: Teria a Guerra Civil Angolana, durante a Guerra Fria, no período compreendido entre 1975 e 1989, se comportado de acordo com o estabelecido na teoria de Guerra por Procuração, aprimorada por Andrew Mumford, no contexto pós-Guerra Fria?

Além disso, foram formuladas as seguintes questões complementares que serão respondidas ao longo do trabalho e que auxiliarão no entendimento da questão central: Quais os principais fundamentos teóricos da Guerra por Procuração? Quais os aspectos históricos fundamentais do processo de descolonização e de formação dos movimentos de libertação nacional em Angola? Quais os principais aspectos da Guerra Civil Angolana de 1975 a 1989?

Em função das características desses questionamentos a serem respondidas ao final da análise, não foram definidas hipóteses a serem testadas.

Para alcançar o propósito, o trabalho se desenvolverá em cinco capítulos. Após esta introdução, serão identificados, no segundo capítulo, os principais fundamentos teóricos da Guerra por Procuração.

No capítulo seguinte serão apontados os fatores históricos mais relevantes de Angola, em especial o processo de descolonização e de formação dos movimentos de libertação nacional.

No quarto capítulo serão identificados os principais aspectos da Guerra Civil Angolana no período compreendido entre 1975 e 1989 e contrastados com a teoria de Guerra por Procuração aprimorada por Andrew Mumford, no contexto pós-Guerra Fria.

Por fim, o último capítulo exporá uma conclusão com base na análise das evidências levantadas e nas respostas encontradas para as questões central e complementares.

2 A GUERRA POR PROCURAÇÃO

Para contribuir com a caracterização do modelo teórico que será utilizado nesse trabalho, será analisado o conceito de Guerra por Procuração cunhado por Karl W. Deutsch em 1964 e que foi aprimorado por Andrew Mumford em 2013, para descrever um tipo de conflito, que durante a Guerra Fria, tornou possível às potências da época manipular os acontecimentos mundiais. Foram utilizados os Estados da periferia como peões para que Washington e Moscou pudessem competir no cenário internacional sem arriscar uma guerra nuclear. A teoria continuou em evolução na tentativa de englobar conflitos similares, ocorridos antes e após ao contexto bipolar do século XX.

2.1 CONCEITUAÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marcou o início da era nuclear, ocasionando o aumento do risco de um holocausto nuclear, bem como, a criação de um paradoxo de estabilidade e instabilidade. Assim, os Estados buscaram alternativas para suas ambições estratégicas, nas quais as consequências fossem contidas e as recompensas tangíveis (MUMFORD, 2013).

Os EUA e a ex-URSS tentaram evitar o confronto direto entre suas forças militares convencionais em questões regionais, por conta do receio de que uma escalada da crise acarretasse numa destruição mútua assegurada³ (MAD) (TAFOTIE; IDAHOSA, 2016). Dessa maneira, esses conflitos regionais, com interferência de superpotências, não se

3 A destruição mútua assegurada, do inglês *Mutual assured destruction*, é uma teoria de dissuasão estabelecida pela percepção de que o resultado de um ataque nuclear à outra potência, também possuidora desse tipo de armamento, seria um contra-ataque de tal proporção, que ambos seriam aniquilados. (RAY, 2020)

transformaram em uma guerra mais ampla e potencialmente nuclear entre elas, permanecendo contidos em disputas que não provocaram crises internacionais abertas entre Washington e Moscou. (MUMFORD, 2013).

Todavia, pelas divergências ideológicas, pelos interesses econômicos e pela natural busca de aumento de poder e esfera de influência, os EUA e a ex-URSS começaram a buscar seus objetivos por vias alternativas.

Nesse contexto, Karl W. Deutsch conceituou as Guerras por Procuração como sendo

um conflito internacional entre duas potências estrangeiras, travado no solo de um terceiro; disfarçado de conflito sobre uma questão interna daquele Estado; e que usa parte da mão de obra, recursos e território desse Estado como um meio para alcançar metas e estratégias estrangeiras preponderantemente (DEUTSCH, 1964, p. 102, tradução do autor)⁴.

De fato, ao longo da Guerra Fria, a intervenção indireta foi se estabelecendo como a norma, sendo completamente dominante na política da época, de forma que o envolvimento direto das superpotências foi se tornando, sem dúvida, a exceção. Contudo, esse conceito é muito centrado no Estado, ignorando o papel que atores não estatais poderiam desempenhar, bem como, internacionaliza desnecessariamente as Guerras por Procuração, negligenciando a relevância das lutas regionais pelo poder que tais confrontos representam (MUMFORD, 2013).

Pela intensificação dessa forma de disputa, foram iniciados estudos a fim de caracterizá-lo, porém as definições cunhadas no período em questão foram influenciadas pela situação das relações internacionais à época, em especial, a bipolaridade que as duas superpotências geravam no mundo, não abrangendo um escopo mais abrangente de conflitos que podiam ser considerados como similares e englobados dentro do conceito de Guerra por Procuração.

4 Original em inglês: “*an international conflict between two foreign powers, fought out on the soil of a third country; disguised as a conflict over an internal issue of that country; and using some of that country’s manpower, resources and territory as a means for achieving preponderantly foreign goals and foreign strategies*”

Com o fim do contexto bipolar, buscou-se dar um sentido mais amplo ao se conceituar tais interferências. Assim, tem-se o seguinte conceito:

As Guerras por Procuração são o envolvimento indireto em um conflito por terceiros que desejam influenciar seu resultado estratégico. Eles são constitutivos de um relacionamento entre um benfeitor⁵, que é um ator estatal ou não estatal externo à dinâmica de um conflito existente, e seus representantes⁶ escolhidos, que são o canal para armas, treinamento e financiamento do benfeitor. Tais intervenções à distância são realizadas ostensivamente por razões de maximizar o interesse e, ao mesmo tempo, minimizar os riscos. Em suma, as guerras por procuração são o substituto lógico para os Estados que buscam promover seus próprios objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, evitar o engajamento em guerras diretas, caras e sangrentas (MUMFORD, 2013, p. 11, tradução do autor)⁷.

De um lado, a Guerra Fria mostrou ser o cenário propício para a existência de diversos conflitos armados que se caracterizaram como Guerras por Procuração, em função da dissuasão nuclear e da política expansionista da ex-URSS em contraste à política de contenção dos EUA.

Por outro, não se deve limitar sua conceituação apenas ao modelo teórico formulado no contexto bipolar das relações internacionais. Em virtude da sua revisão, tem-se que a intervenção indireta é o aspecto essencial e determinante para caracterizar a Guerra por Procuração. Além disso, ela pode ocorrer em diversas formas de guerra, sejam elas interestatais ou não, mesmo com a interferência indireta apenas em um lado do conflito, sendo que no outro lado, não há um envolvimento ou ocorre um engajamento direto.

5 O termo “benfeitor” na obra de Mumford (2013), refere-se a um agente externo, seja ele estatal ou não, que intervém indiretamente no conflito de terceiro, por meio de apoio financeiro, de materiais ou de treinamento, agindo sem que empregue suas próprias tropas.

6 O termo “representante” na obra de Mumford (2013), refere-se a um agente interno de um conflito, seja ele estatal ou não estatal, que recebe apoio financeiro, de materiais ou de treinamento, agindo de forma a contribuir para que o benfeitor alcance seus objetivos estratégicos.

7 Original em inglês: “*Proxy wars are the indirect engagement in a conflict by third parties wishing to influence its strategic outcome. They are constitutive of a relationship between a benefactor, who is a state or non-state actor external to the dynamic of an existing conflict, and their chosen proxies who are the conduit for weapons, training and funding from the benefactor. Such arm’s-length interventions are undertaken ostensibly for reasons of maximizing interest, while at the same time minimizing risk. In short, proxy wars are the logical replacement for states seeking to further their own strategic goals yet at the same time avoid engaging in direct, costly and bloody warfare.*”

2.2 CARACTERIZAÇÃO

Vale destacar que uma série de atributos, além do explicitado no conceito da seção anterior, são essenciais para o entendimento do desenrolar de fatos que qualificam um litígio como uma Guerra por Procuração. Para tal, inicialmente será demonstrado quais aspectos caracterizam uma intervenção direta, os quais, segundo Mumford (2013), impossibilitam classificar uma beligerância no modelo teórico em análise neste trabalho. Tal investigação contribuirá para que sejam levantadas as principais características da Guerra por Procuração, com a finalidade de permitir a descrição da teoria e o estabelecimento de suas premissas.

Nos conflitos em que há uma interferência direta, um Estado, para alcançar seus objetivos estratégicos, coloca suas próprias tropas em risco, expondo-as a excessivas quantidades de baixas, o que seria contornado na intervenção indireta. Dessa forma, com base na percepção de interesse, ideologia e risco, os atores estatais ou não podem considerar que um engajamento direto em uma disputa seja injustificável, muito onerosa, em termos políticos ou financeiros, evitável, ilegítima ou inviável. Nessa situação, recorreriam, geralmente, às Guerras por Procuração (MUMFORD, 2013).

Cabe ressaltar que uma ação secreta impõe a um Estado atuar com agentes de inteligência ou forças especiais dentro de outro território, caracterizando uma forma de intervenção direta. Tais unidades, porém, desempenham papéis relevantes no processo de Guerras por Procuração, por meio de treinamento e consultoria (MUMFORD, 2013).

Segundo Mumford (2013), quando há tropas de um Estado expostas ao risco pela participação nas hostilidades, com o propósito de interferir em seu resultado estratégico, seja atuando em contato com o inimigo ou por meio de operações de inteligência ou especiais, essa intervenção não é considerada uma Guerra por Procuração, mesmo quando esse atua em um conflito de terceiros, com a finalidade de disseminar sua ideologia. Um exemplo histórico

desse caso é a intervenção dos EUA na Guerra do Vietnã. Tal observação é uma evolução conceitual do modelo teórico estabelecido por Deutsch, em 1964.

Contudo, é importante destacar que, intervenções diretas, em um conflito, podem constituir um *modus operandi* da Guerra por Procuração, se conduzidas por uma força substituta⁸, em nome de um outro ator que não esteja diretamente envolvido no conflito. Nesses casos, o benfeitor permanece indiretamente envolvido, enquanto permite que outra força realize um engajamento armado em seu nome. Tal modelo de utilização de tropas caracterizam o modelo teórico em análise (MUMFORD, 2013).

Os Estados utilizam a estratégia de Guerra por Procuração principalmente em conflitos preexistentes, apoiando representantes, estatais ou não, ou seja, as condições de guerra já existiriam anteriormente. Dessa maneira, em geral, esses confrontos não são inerentemente consequências das interferências de potências externas, bem como, frequentemente existem objetivos estratégicos mútuos entre o benfeitor e seu representante (MUMFORD, 2013).

Além disso, as intervenções estrangeiras, de uma forma geral, causam a escalada das hostilidades em conflitos preexistentes, aumentando os seus impactos e a sua letalidade, decorrente da proliferação de armamento, mesmo que a disputa inicial permaneça contida dentro de suas fronteiras originais. Ademais, há ainda a probabilidade de ampliar o conflito armado além desses limites iniciais, desencadeando pactos de segurança coletivos entre Estados vizinhos ou atraindo outra grande potência (MUMFORD, 2013).

Enquanto, Deutsch (1964) afirmava que a Guerra por Procuração consistia de um conflito internacional entre potências, encobertos como questões regionais. Mumford (2013) defendeu que esses litígios eram na verdade regionais, nos quais outros atores se infiltram

⁸ O termo “força substituta” na obra de Mumford (2013), refere-se a um agente externo, seja ele estatal ou não, que intervém diretamente no conflito de terceiro, empregando suas próprias tropas, porém com a finalidade de contribuir para que outro ator externo alcance os seus objetivos estratégicos.

para alterar o seu resultado e alcançar objetivos próprios. Bem como, passou a incluir no conceito outros benfeitores que não são potências, bem como, aqueles que não são estatais.

Por um lado, Deutsch (1964) estabeleceu os objetivos estrangeiros eram preponderantes nesse tipo de disputa. De outro, para Mumford (2013), os atores externos não criavam as condições para a deflagração do conflito, as quais deveriam preexistir. Isso posto, apesar dos benfeitores perseguirem seus objetivos estratégicos, esses devem estar alinhados com as metas de seus representantes.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O MODELO TEÓRICO

Neste trabalho será utilizado o conceito de Guerra por Procuração enunciado por Mumford (2013), visto que, tal conceituação é uma evolução do anterior de Deutsch (1964), bem como, pela percepção que o fim de Guerra Fria não trouxe a extinção desse tipo de beligerância.

Primeiramente, é importante ressaltar a afirmação de Mumford (2013, p. 1, tradução do autor)⁹ que as “Guerras por Procuração são definidas [...] como o envolvimento indireto em um conflito de terceiros que desejam influenciar seu resultado estratégico”. Assim, concluiu-se que o traço fundamental em um conflito para caracterizá-lo como Guerra por Procuração é a intervenção indireta.

Ainda dentro do conceito estabelecido por Mumford em 2013, tem-se que apesar das interferências dos benfeitores serem realizadas de forma indireta, esses atuam ostensivamente no conflito de terceiros com a finalidade de permitir a maximização do alcance de seus interesses enquanto minimizam os riscos.

9 Original em inglês: “Proxy wars are defined [...] as the indirect engagement in a conflict by third parties wishing to influence its strategic outcome”

Nesse contexto, em função, desse envolvimento externo, os rumos da disputa serão alterados, em geral, agravando suas consequências. Em especial, pelo acirramento do conflito original, em função do apoio, seja por meio de treinamento, seja pelo suporte financeiro que aumenta a disponibilidade de armamento. Além disso, há o fator motivacional para a continuação das beligerâncias quando existe um aliado apoiando tais ações. Em razão disso, o grau de letalidade pode sofrer um incremento substancial, assim como, possibilita a expansão da guerra, arrastando novos atores para dentro dela, bem como, prolongar-se além do que seria sustentável inicialmente, perpetuando-a.

Assim, a Guerra por Procuração é uma estratégia que substitui as intervenções diretas em conflitos de terceiros, quando a análise dos riscos indica que os custos destas ações são superiores aos ganhos advindos da conquista dos objetivos estratégicos. O presidente dos EUA entre os anos de 1953 e 1961, Dwight D. Eisenhower (1890-1969) afirmou, durante Reunião do Conselho de Segurança Nacional, em 21 de novembro de 1955, que os programas de assistência externa estadunidenses eram, na sua opinião, “o seguro mais barato do mundo”¹⁰ (MCMAHON et al., 1989, não paginado, tradução do autor).

Dadas as evidências apresentadas, identificam-se os principais fundamentos teóricos da Guerra por Procuração, conforme enunciada por Andrew Mumford: visa reduzir os riscos e custos, mesmo sabendo-se que eles não podem ser anulados; ocorrem quando já existem condições conflituosas, em qualquer grau; são explorados pelos benfeitores, em proveito dos próprios objetivos, quando estes estão alinhados com os de seus representantes; apesar da intervenção se dar de maneira indireta, ela é realizada ostensivamente com o propósito de alcançar ao máximo os interesses do apoiador; e tem o potencial de agravar e prolongar esses conflitos. Dessa forma, embora contidas em termos globais, essas guerras trazem enormes consequências em termos regionais. Porém, o aspecto mais importante para caracterizar esse tipo de conflito, de acordo com o conceito estabelecido por Mumford (2013),

¹⁰ Original em inglês: “*the cheapest insurance in the world*”

é que a intervenção seja efetuada apenas de maneira indireta, ou seja, sem a utilização de qualquer tipo de tropas do benfeitor no terreno contra forças inimigas em prol do representante e de seus objetivos estratégicos.

3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA GUERRA CIVIL ANGOLANA

Neste capítulo será detalhada a luta pela independência em Angola, que se estendeu de 1961 até 1975, com a finalidade de possibilitar a análise dos principais aspectos que desencadearam esse processo, assim como os fatores determinantes que contribuíram para o seu prolongamento, as principais causas do seu término e o desencadeamento de fatos que auxiliarão na compreensão da Guerra Civil Angolana que ocorreu na continuação da conquista da independência.

3.1 PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA

O movimento de independência de Angola, historicamente, situa-se na crise do colonialismo europeu, originada com o fim da Segunda Guerra Mundial (SILVA, Z., 2016). Entre 1947 e 1976, os impérios se desfizeram abruptamente, acarretando no surgimento de dezenas de novos Estados independentes (CORREIA, 2016). Angola, cuja independência só ocorreu em 1975, manteve-se como “um dos últimos redutos do sistema colonial” (PERSICI, 2010, p. 57).

As metrópoles foram palco de intensos conflitos durante a Segunda Guerra Mundial, diminuindo sua capacidade de manter a gerência sobre seus territórios coloniais, levando ao amadurecimento dos movimentos de libertação nacional iniciados na década de 1930. Além disso, os EUA, que ascenderam como a superpotência capitalista, ao fim desse conflito, buscaram favorecer a livre circulação de suas empresas transnacionais (SILVA, Z., 2016).

Apesar de Washington e Moscou serem divergentes ideologicamente, com relação às colônias europeias na África, tinham uma posição similar pelo fim do colonialismo, em função dos seus interesses em atrair os novos Estados para suas esferas de influência. De um lado, Washington pretendia estabelecer seu acesso aos mercados consumidores, por meio da expansão capitalista. Por outro, Moscou tratava mais como uma questão ideológica, procurando disseminar o comunismo no mundo (SEBASTIÃO, 2015).

De um lado, as metrópoles europeias tinham objetivos econômicos em manter seus territórios ultramarinos, em especial para buscar recursos que ajudassem na reconstrução de suas cidades, destruídas por anos de guerra. Por outro, os EUA, além de seus próprios interesses econômicos, também tinham aspectos ideológicos, principalmente para se opor à ex-URSS. Essas duas potências passaram a disputar áreas de influência no globo, para difundir seus modelos socioeconômicos.

O princípio de autodeterminação dos povos¹¹, inserido nos artigos 1º e 55º da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), com a finalidade de libertar, após o fim da Segunda Guerra Mundial, os territórios ocupados pela Alemanha, acabou por influenciar as colônias ultramarinas europeias (SILVA, Agostinho, 2014). Além disso, ao ser incluído, em seu capítulo XI, intitulado “Declaração Sobre os Territórios Não Autônomos”, o artigo 73º positivou o primado dos interesses dos habitantes locais à gradativa promoção do seu autogoverno em regiões nas quais os membros da ONU tinham ou assumiam responsabilidades pela administração (SILVA, Z., 2016).

Diante desses fatos, percebe-se que os ideais de autodeterminação e autogoverno, incluídos na Carta da ONU, passaram a fundamentar e fomentar movimentos de independência nas colônias europeias.

11 O princípio da autodeterminação dos povos estabelece o direito de autogoverno à população de um Estado e que esse por sua vez possui o direito de defesa de sua existência e de associação a outros Estados (HEPP, 2005).

Por tudo isso, estabeleceu-se o declínio e o fim do imperialismo e do sistema neocolonialista, em função: do encerramento da supremacia econômica e militar europeia no cenário internacional; dos interesses econômicos dos EUA; da difusão dos ideais estabelecidos durante a criação da ONU; e da necessidade de expansão ideológica norte-americana e soviética.

As primeiras descolonizações eram apenas uma independência burocrática, passando para o governo local a administração política, com a finalidade de evitar movimentos sociais por parte da população negra. Contudo, nos assuntos econômicos eram mantidos os vínculos coloniais, por meio de acordos, tratados e outros mecanismos. Isso, beneficiava a elite dirigente europeizada e mantinha a economia como exportadora de bens primários (SILVA, Z., 2016).

A introdução das ex-colônias no mercado internacional mantendo as estruturas produtivas desses novos Estados, perpetuou a dependência econômica e tecnológica. Por isso, as organizações políticas recém estabelecidas não criavam reformas sociais que englobassem grande parcela de suas populações (SILVA, Z., 2016). Apesar de formalmente ter se encerrado o colonialismo político e o comando direto europeu, iniciou-se uma atuação indireta, principalmente por meio das relações econômicas (CORREIA, 2016).

Após esse primeiro impulso, em que os processos de independência se deram por meio de uma transição organizada, tais movimentos se tornaram cada vez mais em lutas prolongadas e violentas (CORREIA, 2016). Portugal, que se manteve neutro durante a Segunda Guerra Mundial, no período seguinte, conseguiu que os ideais de libertação não se desenvolvessem fortemente em suas colônias, devido à atuação da ditadura salazarista¹² (HÖRING, 2015).

12 A ditadura salazarista ou salazarismo constituem-se os nomes pelos quais ficou conhecido o Estado Novo, período da política portuguesa marcada por ser um regime autoritário fundado por Antônio de Oliveira Salazar que se estendeu por aproximadamente quarenta um (41) anos entre 1933 e 1974 (SILVA, Antônio, 2018).

O fim do sistema colonialista europeu, durante o século XX, foi um processo vagaroso. Em um primeiro momento ocorreu a libertação das colônias pelas próprias metrópoles, porém com a manutenção da dependência econômica. O segundo momento foi marcado pela violência em decorrência, principalmente, da insistência das metrópoles em manter suas colônias. É nesse contexto, que o movimento de independência de Angola se inclui.

Isso posto, enquanto os demais Estados europeus iniciavam o processo de descolonização, Portugal afirmava que seu império colonial era na verdade um único Estado, de forma que durante sua admissão à ONU, em 1955, argumentou que o princípio da autodeterminação dos povos não se aplicava às suas possessões, pois, conforme Emenda Constitucional de 1951, suas colônias foram elevadas como províncias ultramarinas (HÖRING, 2015).

Todavia, no início dos anos 1960, Portugal começou a sofrer crescentes pressões em favor da descolonização na África. Em decorrência disso, iniciou estratégias para adiar ao máximo a independência de suas colônias, incluindo o aumento da imigração de população branca nas colônias e a tentativa de suprimir o avanço dos movimentos de libertação, surgidos nesse período. Além disso, como o governo autoritário português continuava a negar expressão e representação política em Angola, terminou por estimular movimentos radicais que buscavam a independência (HÖRING, 2015).

As transformações políticas e ideológicas, ocorridas no mundo após o fim da Segunda Guerra Mundial, demonstravam ser inviável que o colonialismo, nos moldes clássicos, se perenizasse, em vista dos interesses econômicos, aliados aos fortes interesses ideológicos num mundo bipolar. O surgimento de diversos novos Estados ao redor das colônias portuguesas que eram acolhidos pela ONU, bem como, o enfraquecimento dos

argumentos de Portugal junto àquela organização, influenciaram o surgimento do sentimento nacionalista nessas províncias.

O governo angolano estabelece oficialmente 4 de fevereiro de 1961, dia do ataque à Casa de Reclusão Militar em Luanda, local onde abrigava diversos presos políticos, à sede dos correios e à emissora nacional, como a data de início do movimento de libertação em Angola (SEBASTIÃO, 2015).

Tal movimento acontece na segunda fase de independências na África, que se caracterizou pela violência e extremismo por parte dos grupos revoltosos. Isso ocorreu porque a negação de algumas metrópoles em permitir a libertação de suas colônias e a percepção dos movimentos de que a independência ocorrida, nos termos da Europa, em outros Estados africanos, trouxe a soberania política, mas não a econômica e cultural. Na revolução de emancipação em Angola, diversas organizações, baseadas nas diferenças sociais, étnicas e ideológicas, surgiram, porém a resistência armada foi conduzida por três movimentos nacionalistas¹³ (BONACINA; SERPA, 2017).

Durante o processo de independência, esses grupos atuavam contra um inimigo comum, Portugal, porém absorvendo as ideologias que marcavam a Guerra Fria. Isso em razão da estrutura social, política e ideológica da origem desses movimentos, naturalmente se alinharam, cada qual, com um dos lados no Sistema Internacional (SILVA, Z., 2016). As lutas de libertação se prolongaram de 1961 até 1975, durante os quais os três movimentos atuaram em diversas regiões de Angola, por meio de rebeliões e lutas armadas (PERSICI, 2010).

Em Portugal, mesmo antes do início do movimento de libertação em Angola, a população clamava por mudanças no regime salazarista. Porém, essas demandas sociais eram duramente oprimidas. As guerras coloniais agravaram esse quadro. Dessa forma, a mudança do referido regime ocorre pela atuação do Exército, cujos oficiais, que haviam participado das

13 Esses três movimentos eram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional Para a Independência Total de Angola (UNITA)

hostilidades nos territórios africanos, iniciaram, em agosto de 1973, o Movimento das Forças Armadas (HÖRING, 2015).

Sendo assim, por meio da chamada Revolução dos Cravos, o Estado Novo português termina em 25 de abril de 1974. Com o fim do salazarismo, o novo governo anuncia, em julho de 1974, a concessão de independência às colônias na África (BONACINA; SERPA, 2017).

Apesar de toda a repressão imposta pelo regime ditatorial português no território de suas colônias, o choque de ideologias característico da Guerra Fria, a pressão internacional, a atuação da ONU, a primeira onda de descolonização na África após a Segunda Guerra Mundial e o aumento do nacionalismo contribuíram para o aparecimento de grupos que buscavam a independência de Angola.

Com a persistência do governo português em manter seus domínios além mar, ocorre o recrudescimento da violência no movimento de independência em Angola. Apesar disso, a situação se manteve como um longo impasse, de forma que a solução não parecia estar na mão dos três grupos que conduziam esse conflito contra a metrópole.

Dado o exposto, a libertação de Angola, frente a dominância de Portugal, acabou ocorrendo mais por aspectos políticos e sociais dentro da própria metrópole do que pela luta armada em território angolano. Entretanto, as ideologias implantadas dentro do seio dos movimentos de libertação nacional viriam a influenciar a situação política após a tão almejada emancipação.

Assim, termina o processo de independência de Angola, apesar de não ter sido uma vitória no terreno. As consequências dessa disputa propiciaram as condições para que o regime político se alterasse em Portugal, e com isso possibilitasse a separação política angolana.

3.2 MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Durante as décadas de 1950 e 1960 surgiram vários movimentos populares para a independência de Angola. Alguns menos radicais afirmavam que uma cooperação com a cultura de Portugal permitiria bons avanços, entretanto outros sustentavam um conflito direto e violento contra o colonialismo como solução. Esses grupos sofreram diversas transformações, mas claramente os seguintes devem ser ressaltados: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional Para a Independência Total de Angola (UNITA) (CARVALHO, 2015).

3.2.1 Movimento Popular de Libertação (MPLA)

Criado em 1956 pela união do Partido de Luta Unida dos Estados Africanos de Angola e do Movimento para a Independência de Angola, o MPLA, liderado por Agostinho Neto (1922-1979), desde a sua origem declarou-se marxista e era fortemente urbano. Possuía entre seus membros mestiços, assimilados¹⁴ e brancos, além da população Ovimbundo¹⁵ de Luanda (SILVA, Antônio, 2018).

Agostinho Neto visitou a ex-URSS em 1963, quando a potência comunista iniciou seu apoio, por meio do adestramento militar aos integrantes do MPLA e do fornecimento de armamento. Em 1967, começou a receber apoio da China, da Tanzânia e da Zâmbia, esses

14 Após o fim da Segunda Guerra Mundial o governo português, em suas colônias, iniciou a política de assimilação, que classificava os indivíduos em assimilados, indígenas e brancos. A condição de assimilado era obtida com a comprovação de certo nível educacional, de cultura portuguesa e independência econômica. Essa condição dava direito ao tratamento como cidadão português civilizado. Tal política tinha como objetivo reduzir os custos de desenvolvimento das colônias, pois permitia a contratação de assimilados na burocracia colonial e em outros cargos secundários. Em 1960, aproximadamente 50.000 angolanos eram classificados como assimilados, segregados por um aparato legal do restante da população (HÖRING, 2015).

15 Grupo étnico estabelecido na porção centro-norte de Angola (SILVA, Antônio, 2018).

dois últimos Estados permitiam a entrada de armamento chinês por seus territórios (SILVA, Agostinho, 2014).

O apoio da ex-URSS e da China ao MPLA, apesar de algumas divergências ideológicas, foi fundamental para seu reconhecimento pela Organização da União Africana, como sendo o movimento oficial de libertação de Angola. Porém, essas duas fontes de auxílio, pelas suas ideologias, contribuíram para divisões no movimento (SILVA, Antônio, 2018). Tais divisões, somadas ao aumento das tensões entre Pequim e Moscou, acabaram por abalar o apoio chinês. A necessidade de maior aproximação com a ex-URSS pelo MPLA acarretou na transferência do apoio da China para a UNITA (SILVA, Agostinho, 2014).

A MPLA foi um movimento de libertação nacional de características mais elitizadas em relação às demais, pois em seus quadros havia diversos componentes que pertenceram à elite colonial. Apesar disso, assumiu uma ideologia marxista, facilitando o apoio dos Estados socialistas, o que era fundamental às intenções do grupo. Apesar de angariar o apoio da ex-URSS e da China, durante um certo período, os conflitos ideológicos entre as duas forçou o MPLA a escolher uma como apoiadora.

Dessa forma, o MPLA impeliu os outros movimentos a buscarem financiamento junto à outras fontes, em virtude da sua origem na elite colonial de Angola e do apoio da ex-URSS. Assim, os demais grupos foram conduzidos na direção de outras ideologias e distanciando esses movimentos entre si ao longo do tempo.

3.2.2 Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Por meio da associação da União das Populações de Angola e do Partido Democrático de Angola, em 1962, surge a FNLA, liderada por Holden Roberto (1923-2007),

que se manifestava como anticomunista e contra os portugueses, bem como, empregava principalmente do ativismo racial. A associação da FNLA com os Estados capitalistas, desde a sua formação, estabeleceu-se como empecilho para a união com outros movimentos de libertação. Porém, a sua ligação com os EUA proporcionou suporte financeiro e de conselheiros (SILVA, Antônio, 2018).

Apesar da sua política racial, de objeção aos brancos portugueses, a FNLA se desenvolveu com o apoio capitalista e, dessa forma, declarava-se anticomunista. A necessidade de suporte era essencial ao movimento, todavia, causava o distanciamento dos outros grupos nacionalistas, agravando ainda mais os antagonismos entre eles.

3.2.3 União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA)

Fundada em 1964, a UNITA era baseada na Zâmbia e liderada por Jonas Savimbi (1934-2002), ex-integrante da FNLA. Tinha como objetivo atrair para si o apoio popular, por meio da mobilização das massas, porém não possuía expressividade militar. Afirmava estar alinhada com a ideologia maoista, porém variava conforme o apoio externo a ser recebido. (SILVA, Antônio, 2018).

Conseguiu o apoio da China, após diversas tentativas de conseguir auxílio junto a outros Estados africanos (Egito, Tanzânia e Argélia) e do bloco socialista (ex-URSS, Alemanha Oriental, Checoslováquia e a Hungria) (SILVA, Antônio, 2018). Porém, foi a África do Sul que estabeleceu-se como apoiador contínuo à UNITA, perdurando até 1990 (TIBURCIO, 2009).

A UNITA constituiu-se como um ramo dissidente da FNLA, todavia não estabeleceu nenhuma ideologia, assumindo aquela que fosse mais conveniente para conseguir

suporte em suas ações. Apesar de dissidente, por vezes se aproximou da FNLA, em função da disparidade de poder das duas frente à MPLA e da necessidade de conseguir a mesma fonte de apoio externo. Sendo assim, apesar de não completamente unidas, a UNITA e a FNLA, atuaram contra o MPLA, e em certos momentos angariaram os mesmos apoiadores externos.

3.3 CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Com o fim do Estado Novo, o governo português legitimou o direito à independência de Angola, convocando o MPLA, a UNITA e a FNLA, os mais relevantes movimentos de libertação (SILVA, Antônio, 2018). Deram início então às negociações que conduziram ao Acordo de Alvor em 15 janeiro de 1975 e estabeleceu-se um governo de transição entre Portugal e os três movimentos. O governo provisório, que deveria permanecer no poder até a proclamação oficial da independência, estabelecida para 11 de novembro de 1975, logo se fragmentou, em função do crescimento das tensões causadas pela disputa de poder (BONACINA; SERPA, 2017; SILVA, Antônio, 2018). Cabe ressaltar que os três movimentos não chegaram a juntar suas forças na luta de libertação contra os portugueses (SEBASTIÃO, 2015).

Pode-se afirmar que a guerra civil em Angola iniciou ainda antes de sua independência, já que os movimentos de libertação não conseguiram um entendimento na divisão do poder, antes da data prevista para a separação política (CARVALHO, 2015). Nesse período, iniciou-se o processo de internacionalização do conflito, o convite da MPLA para a participação de técnicos russos e tropas cubanas, a invasão de tropas da África do Sul e a infiltração de agentes especiais dos EUA (TIBURCIO, 2009).

Em 11 de novembro de 1975, simultaneamente à declaração de independência pela MPLA, em Luanda, da República Popular de Angola, a FNLA e a UNITA proclamaram a República Democrática de Angola, em Hambo (BONACINA; SERPA, 2017). Apesar disso, o MPLA estabeleceu-se como governante do Estado (PERSICI, 2010).

O fim da longa Guerra de Independência, objetivo dos três movimentos que atuaram militarmente nesse processo, não trouxe a paz a Angola. Além das claras diferenças étnicas e sociais entre esses grupos, a divergência ideológica entre essas organizações, bem como a rápida mudança de posição de Portugal em relação às colônias e o reduzido empenho desse em fundamentar as bases para a separação política, mergulhou o recém formado Estado angolano numa guerra civil mais longa ainda.

Assim, pode-se apontar os fatores históricos mais relevantes do processo de independência e de formação dos movimentos de libertação nacional: os diversos grupos de diferentes origens sociais, étnicas e ideológicas lutaram de forma esparsa, principalmente, por causa da diferença de apoiadores no contexto de um mundo bipolar; as disputas violentas marcaram o processo de independência pela insistência do regime salazarista em manter suas colônias frente ao cenário mundial, após o fim da Segunda Guerra Mundial; com a abrupta ruptura do poder em Portugal e consequente mudança de postura em relação às suas colônias, Angola se viu libertada das correntes do imperialismo, porém totalmente dividida internamente; os pequenos esforços de divisão do poder, não conduziram o Estado a um processo sustentável de paz; e as influências externas, cada vez maiores no conflito pelo controle do território angolano, se enraizaram nos movimentos de libertação nacional e financiaram a sua continuação, dando poder militar às lideranças desses grupos.

4 GUERRA CIVIL ANGOLANA ENTRE 1975 E 1989: UMA GUERRA POR PROCURAÇÃO

A Guerra Civil Angolana iniciou antes mesmo da efetivação da independência prevista no Acordo de Alvor. Nesse fenômeno observa-se o aumento da influência externa, por meio de apoio financeiro e fornecimento de material bélico, deslocamentos de tropas e os primeiros embates militares entre os movimentos de libertação nacional que estavam a frente do governo de transição estabelecido por Portugal. Neste capítulo será abordado de que forma as duas potências hegemônicas estabeleceram suas intervenções no conflito e como as respectivas posturas evoluíram ao longo do período da guerra civil no contexto da Guerra Fria. Ao final será efetuada a comparação entre a teoria de Guerra por Procuração e os aspectos identificados na análise do conflito.

4.1 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO

No contexto do mundo bipolar, a África foi uma das regiões preferenciais para materializar o confronto entre as superpotências. Assim, os movimentos de libertação nacional, que surgiam nesse continente, escolhiam entre os blocos mundiais, primeiramente para conseguir apoio no processo de independência da metrópole. Entretanto, mais tarde, esse auxílio foi estendido para os conflitos entre tais grupos na disputa pelo poder (CARVALHO, 2015).

A intervenção estrangeira na Guerra Civil Angolana se caracterizou por, inicialmente, ser uma vontade dos movimentos de libertação nacional e não dos apoiadores. O MPLA, com a liderança de Agostinho Neto, conseguiu apoio junto à Cuba e à ex-URSS. A

FNLA, liderada por Holden Roberto, obteve apoio dos EUA, África do Sul e República do Zaire¹⁶. Por sua vez, a UNITA, liderada por Jonas Savimbi, recebia suporte norte-americano e da África do Sul (TIBURCIO, 2009). Esses grupos, no final de 1974, eram compostos por pequenas unidades de guerrilha, porém após passado um ano, aproximadamente, empregavam tanques, carros blindados e caças a jato na busca pelo poder de Angola pós-independência (HÖRING, 2015).

De um lado, as ideologias das potências globais da época possuíam grandes divergências, que se materializavam por uma constante luta por áreas de influência no Mundo, se traduzindo como autoproclamadas política expansionista, do lado da ex-URSS, e de contenção, por parte dos EUA. De outra forma, como já afirmado, esses Estados concordavam no entendimento da necessidade de por fim ao colonialismo para atingir os objetivos mencionados. Sendo assim, iniciaram, ainda durante o processo de independência em Angola, a influência sobre os movimentos de libertação nacional, distanciando-os entre si.

O governo provisório, estabelecido por Portugal, não foi capaz de unificar Angola, em certo grau, não só por causa da influência estrangeira enraizada nos movimentos de independência, mas, principalmente, pelos interesses econômicos e de poder desses grupos. Durante a transição, a intensificação das disputas conduziu ao clamor por mais apoio, a fim de consolidar a posição de liderança sobre os demais adversários políticos, o qual intensificou a intervenção externa, acirrando o conflito, o que mergulhou Angola numa guerra civil.

Por tudo isso, cada vez mais o conflito se internacionalizou e os atores externos passaram a fortalecer suas interferências, por solicitação dos movimentos nacionalistas. Conforme a intervenção das potências aumentava, a necessidade de alcançar os seus próprios objetivos estratégicos crescia, escalando a crise na região, em decorrência das suas políticas de estabelecimento de áreas de influência.

16 República do Zaire, neste trabalho denominada como Zaire, era o nome oficial da atual República Democrática do Congo, entre 1971 e 1997 (CORDELL, 2020).

4.2 A INTERVENÇÃO DOS EUA NA GUERRA CIVIL ANGOLANA

Até o ano de 1975, Angola não possuía grande relevância na política externa dos EUA, apesar da exploração de petróleo pela *Gulf Oil*¹⁷ em Cabinda e do relacionamento com Portugal e os aliados sul-africanos (TIBURCIO, 2009). Naquele ano, o presidente dos EUA era Gerald Ford (1913-2006), empossado, após o Escândalo de *Watergate*¹⁸, com a queda de Richard Nixon (1913-1994), tendo assumido governo pouco tempo após o fim da participação dos EUA na Guerra do Vietnã (SILVA, Z., 2016). A partir dessa data, Washington iniciou seu envolvimento no conflito angolano, por meio de um programa, com a finalidade de dar suporte financeiro e militar à FNLA e UNITA (CARVALHO, 2015).

Os EUA justificavam sua posição argumentando que Angola era geograficamente estratégica para controlar suas linhas de comunicação marítimas de petróleo originadas do Oriente. Contudo, o fator principal era a política de contenção ao comunismo, o primeiro argumento apenas a reforçava (CARVALHO, 2015).

Washington não possuía interesses em Angola enquanto perdurou a influência de Portugal, seu aliado na Organização do Tratado do Atlântico Norte e parceiro econômico. Essa perspectiva mudou no processo de independência, em virtude da sua provável absorção pelo bloco soviético, dada a influência da ex-URSS junto ao MPLA. A alteração da percepção do cenário conduziu os EUA a elevar a importância geoestratégica da região. Porém, com o seu recente fracasso na Guerra do Vietnã, tanto militar, como de opinião pública e político, o modo de atuação foi alterado para uma intervenção indireta. Tal fato marcou a Guerra Civil

17 Subsidiária da Chevron, empresa norte-americana do ramo energético.

18 Escândalo de *Watergate* se constitui de uma série de escândalos políticos interligados durante a administração do presidente estadunidense Richard Nixon, revelados após a prisão de cinco assaltantes na sede do Comitê Nacional Democrata no complexo *Watergate*, em Washington, DC, em 17 de junho de 1972. Como consequência, Nixon renunciou em 9 de agosto de 1974, em função de um provável impeachment por seu papel em encobrir o escândalo (PERLSTEIN, 2020).

Angolana durante a Guerra Fria, sendo ela justificada pela necessidade de controle nas linhas marítimas de petróleo (CARVALHO, 2015; SILVA, Z., 2016).

Por tudo isso, Angola, no ano de 1975, entrou, definitivamente, como região de importância estratégica para os EUA, sendo um ponto de contenção para a política expansionista da ex-URSS. Todavia o cenário interno estadunidense impediu uma intervenção nos moldes do conflito no Vietnã. Dessa forma, Washington estabeleceu apoio aos movimentos nacionalistas que não estavam alinhados ao regime soviético.

Com essa alteração da postura norte-americana, Moscou reforçou o suporte ao MPLA. Em consequência disso, os EUA aumentaram o apoio financeiro e requisitaram a intervenção da África do Sul e do Zaire. Muitos equipamentos enviados pelos estadunidenses chegavam à FNLA e UNITA, pela fronteira do Zaire. A ex-URSS, diante disso, solicitou a intervenção cubana em Angola (CARVALHO, 2015).

A *Central Intelligence Agency* (CIA) apontou a África do Sul como uma via para a solução do conflito em Angola. Estabeleceu-se assim a Operação *IA Feature*, na qual os EUA apoiavam, por meio dessa agência de inteligência, a UNITA e a FNLA. Porém, se por um lado, o programa não tinha força suficiente para ser eficaz, por outro, era grande o suficiente para não se manter secreto (TIBURCIO, 2009).

A despeito do Zaire já demonstrar a decisão de apoiar a FNLA desde 1973, a intervenção oficialmente só iniciou em 1975, após a solicitação feita pelos EUA. A partir julho de 1975, esse Estado disponibilizou para a FNLA vários batalhões de infantaria e de comandos, assim como unidades blindadas e de artilharia do exército zairense. Em setembro, batalhões de operações especiais são infiltrados em território angolano por avião. Em paralelo, houve o avanço de unidades blindadas do exército zairense os quais juntaram-se à FNLA e à UNITA. Porém, toda essa intervenção não conseguiu garantir a vitória militar (SILVA, Agostinho, 2014).

Apesar de inserida na estratégia estadunidense, a África do Sul possuía também interesses próprios, entre eles, a preocupação com a estabilidade da porção austral africana e a possibilidade de ascensão de um regime em Angola que apoiasse a *South-West Africa People's Organization* (SWAPO)¹⁹ (SILVA, Agostinho, 2014).

Iniciou-se, durante o governo de transição, a escalada do conflito. A entrada em definitivo dos EUA, como apoiador da FNLA e UNITA, gerou a resposta soviética de intensificação do suporte ao MPLA. Em função disso, ambas as partes intensificaram a assistência, com o financiamento e fornecimento de material, cada vez maiores, culminando com a atração de outros Estados para o conflito, por meio de ações militares em território angolano.

Tendo em vista os aspectos apresentados, a intervenção indireta dos EUA, incrementada após a assinatura do Acordo de Alvor e o seu iminente fracasso, aliada ao ciclo vicioso instaurado em Angola atraíram novos atores externos, possuidores de seus próprios interesses. Entretanto, esses Estados atuaram como forças substitutas para a grande potência capitalista da época.

4.3 A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA NA GUERRA CIVIL ANGOLANA

A política externa na ex-URSS tinha por objetivo garantir um ambiente internacional aberto à ideologia comunista, para resguardar seus interesses estatais e alicerçar o socialismo em escala mundial. Essa política era orientada na defesa do seu território e do Leste Europeu, com a finalidade de implantar esse modo de produção em todo o globo, bem

¹⁹ A *South-West Africa People's Organization* (Organização Popular do Sudoeste da África) foi fundada em 1960 como um movimento de libertação nacional, que lutava pela separação política entre a Namíbia (ex-sudoeste da África) e a África do Sul. Após conquistar esse objetivo, em 1990, tornou-se o principal partido político desse novo Estado (MCKENNA, 2019).

como limitar a obtenção de matérias-primas essenciais aos Estados do Ocidente (SILVA, Agostinho, 2014).

Assim, com relação aos movimentos nacionalistas na África, essa política externa soviética ocorria por meio de assistência aos povos na luta pela independência e era orientada pelos interesses nacionais, em especial os econômicos e geoestratégicos. Angola, em especial, por sua posição geográfica permitiria o estabelecimento de linhas de comunicação com o interior da África, de forma a possibilitar que a ex-URSS controlasse a saída de matérias-primas desse continente (SILVA, Agostinho, 2014).

No final de 1974, a intervenção soviética intensificou-se em Angola, por meio de um plano de fornecimento de armamento à MPLA pela fronteira com o território da República Popular do Congo. Porém, em julho de 1975, o governo congolês recua e rejeita a proposta. Com isso, Moscou acaba requisitando a intervenção de Cuba, para que atuasse como seu intermediário. Em agosto desse ano, Fidel Castro comunicou seu apoio ao movimento e, após isso, foi assinado um protocolo entre soviéticos e cubanos para a continuação da assistência econômica à Havana, o qual, provavelmente, estava relacionado ao financiamento para a tal intervenção (SILVA, Agostinho, 2014).

Assim fica evidente que a intenção soviética era encobrir os rastros de sua interferência em Angola, a fim de limitar os riscos de um enfrentamento direto com os EUA. Além disso, um fracasso na ação seria assumido por Cuba, poupando a ex-URSS de uma possível humilhação pela derrota (CARVALHO, 2015). Adicionalmente, Moscou receava que um apoio direto pudesse prejudicar a sua política de *détente*²⁰ (1967-1979) com Washington, bem como tinha conhecimento que a maior parte dos Estados africanos, mesmos os aliados políticos, reagiriam contra tal intervenção em Angola (SILVA, Agostinho, 2014).

20 A *détente* compreende um período da Guerra Fria, em que os EUA e a ex-URSS diminuíram as tensões entre os blocos e marcado pelo aumento da cooperação e comércio, além da assinatura de tratados de limitação de armas (WALLENFELDT, 2020).

O plano inicial de Havana consistia no envio de 500 conselheiros militares a Angola. Assim, em setembro de 1975, os primeiros 300 elementos e diversos materiais bélicos foram transportados a bordo de três navios. Tal parcela de tropa tinha ordens para, após o desembarque, manterem-se em alerta, intervindo sem hesitações, caso fosse necessário ao MPLA (SILVA, Agostinho, 2014).

O armamento soviético e o apoio cubano permitiram que o MPLA hasteasse a nova bandeira angolana em Luanda, em 11 de setembro de 1975, superando a FNLA e a UNITA. Dessa forma, os únicos resultados alcançados pelos EUA foram a intensificação da intervenção da ex-URSS e a entrada de Cuba na disputa (CARVALHO, 2015).

Em virtude do aumento do apoio externo durante a consolidação da independência, os movimentos de libertação nacional em Angola passaram a possuir poder combatente necessário à elevação do conflito para uma guerra civil. O suporte de Cuba foi fundamental para que a MPLA conseguisse manter o controle sobre a capital, mas não foi suficiente para por fim às hostilidades.

Em vista dos argumentos apresentados, a ex-URSS, por meio da política expansionista de difusão do comunismo, atuou em Angola desde o seu processo de descolonização, apoiando o MPLA na luta contra os colonizadores, enquanto que os EUA permaneciam mais afastados. Porém, a entrada estadunidense no conflito forçou os soviéticos à intensificarem sua atuação, resultando na entrada de Cuba no litígio e no estabelecimento da MPLA em Luanda.

4.4 O DESENVOLVER DA GUERRA CIVIL ANGOLANA

Ao alcançar a independência em 11 de novembro de 1975, Angola possuía dois governos que funcionavam paralelamente. Contudo, aos poucos, o MPLA foi sendo reconhecido internacionalmente como o legítimo. A minoria branca iniciou um êxodo em direção à Portugal, Brasil e África do Sul, o que marcou a saída de riquezas e conhecimento técnico (BONACINA; SERPA, 2017).

Os primeiros ataques, dentro do que se considera a Guerra Civil Angolana, foram iniciados quando a FNLA, com o apoio do Zaire, avançou do norte em direção à Luanda, dominada pelo MPLA, o qual contava com o apoio de Cuba e conquistou a vitória. Agostinho Neto atuava em duas frentes, opondo-se à FNLA ao norte e à UNITA ao Sul (BONACINA; SERPA, 2017).

Inicialmente o governo sul-africano, por não obter consenso interno, adota uma postura cautelosa, apenas com apoio de material bélico e financeiro. Porém, em outubro de 1975, a clara vantagem da MPLA leva a África do Sul a aumentar seu suporte, por meio da Operação *Savannah*, com a entrada de 2.500 militares e 600 veículos. Tal fato deu início a sua intervenção direta em Angola, com a finalidade de tomar Luanda, a partir do sul, para garantir o controle do território (CARVALHO, 2015). A partir daí, a Guerra Civil Angolana, paulatinamente, começou a assumir características de um conflito leste-oeste. Contudo o contingente de cubanos em Angola, com um efetivo de cerca de 1.000 militares antes da invasão sul-africana, passou a contar com 36.000 ao fim da operação (HÖRING, 2015).

Até março de 1976, A MPLA havia recebido mais de US\$ 400 milhões em materiais bélicos soviéticos. Em 1977, esse grupo possuía mais de 70.000 homens atuando em seu braço armado, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (HÖRING, 2015).

Em 31 de março de 1976, o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou as agressões da África do Sul. Ainda nesse ano, o Senado dos EUA aprovou uma Emenda, que terminava o envolvimento da CIA no conflito, bem como determinava que Washington permanecesse ausente de Angola por quase uma década. Após o Senado não aprovar US\$ 28 milhões adicionais, os EUA contrataram mercenários da França, Portugal e, principalmente, Inglaterra, em apoio à UNITA e FNLA (HÖRING, 2015).

O governo zaireense, assim como as lideranças sul-africanas, estavam decididos a estabelecer um regime alinhado em Luanda. Contudo, em 1978, o Zaire assina com a MPLA um pacto de não agressão, que encerra a participação da FNLA no conflito. Tal acordo foi assinado por pressão dos EUA e Cuba, permitindo um total apoio de Washington à UNITA (BONACINA; SERPA, 2017).

Ao longo da guerra civil, além dos apoios externos citados, a UNITA passou a explorar diamantes em suas regiões como uma forma de se financiar (BONACINA; SERPA, 2017).

Em 1979, o líder da MPLA, Agostinho Neto, morre. Com isso, assume José Eduardo dos Santos (1942-). No ano seguinte, a UNITA parecia estar prestes a ser derrotada pelo MPLA, entretanto o apoio sul-africano modifica essa conjuntura. Assim, é iniciada a Operação *Protea*, em 1981, pela África do Sul, com um grande ataque ao território angolano, permitindo o espalhamento da guerrilha da UNITA. Nesse contexto, os EUA pretendiam negociar a retirada de Cuba em troca da independência da Namíbia, todavia somente Pretória aceitou os termos. Sendo assim, os sul-africanos mantiveram sua ocupação até 1985, estacionados pela reação angolana-cubana e pelos problemas internos, por causa do Apartheid²¹ (BONACINA; SERPA, 2017).

21 O Apartheid (1948-1994), cuja palavra tem origem no Africâner e traduzido significa separação, foi uma política sustentada pelo “mito da superioridade racial europeia” e estabelecida pelas elites brancas que dominavam a África do Sul. Ao longo de sua vigência, os não brancos não podiam acessar certas áreas e outras restrições eram impostas pela sua cor, com pesadas leis de segregação racial na sociedade sul-africana (ÂNGELIS, 2019).

Na década de 1980, surgiram diversas iniciativas que poderiam levar a um possível encerramento da Guerra Civil Angolana (PERSICI, 2010). No ano de 1984, África do Sul e Angola estabeleceram o Acordo de Lusaka, com mediação estadunidense, a qual estabelecia a retirada das tropas sul-africanas e, como compensação, o MPLA não permitiria ao SWAPO utilizar os territórios angolanos. Porém, esse acordo não discutiu as relações sul-africanas com a UNITA. O MPLA cumpriu o estabelecido, porém a África do Sul desrespeitou o tratado (BONACINA; SERPA, 2017).

A UNITA, cuja dependência do apoio sul-africano aumentava, tentou pactuar uma participação no governo do MPLA, enquanto exigia a saída das tropas cubanas. Em paralelo, os EUA aumentavam seu apoio à Pretória para que mantivessem a oposição ao MPLA. Enquanto isso, a ex-URSS patrocinou três operações contra a UNITA e a África do Sul: a Operação Congresso II, em 1985; ofensivas contra Moxico e Cuando Cubando, em 1986; e a Operação *Saludando Octubre* em 1987. Tais campanhas tinham objetivo de avançar sobre a base da UNITA, em Mavinga, contudo não alcançaram sucesso (BONACINA; SERPA, 2017).

As mudanças no cenário internacional no final da década de 1980 permitiram o encerramento dessa fase do conflito. A assunção de Mikhail Gorbachev (1931-), como presidente da ex-URSS em 1988, marcou o fim do interesse soviético no envolvimento em dispendiosas guerras civis de seus aliados. Da mesma forma, a África do Sul desejava sair do conflito angolano (SEBASTIÃO, 2015).

Em dezembro de 1988, o Acordo de Nova Iorque foi assinado por Angola, Cuba e África do Sul, no qual foi acertada a retirada das tropas cubanas e sul-africanas do conflito (PERSICI, 2010). Havana retrai suas forças em 1989 (BONACINA; SERPA, 2017).

Apesar do fim do apoio externo, o MPLA e a UNITA possuíam capacidade de manter o engajamento de larga escala, porém não o suficiente para obter a vitória. A despeito

do esforço nas negociações em 1989, o conflito não cessou, permanecendo até 2002 (HÖRING, 2015).

Dado o exposto, é possível identificar os principais aspectos da Guerra Civil Angolana no período entre 1975 e 1989, quais sejam: as divergências ideológicas e de busca por poder entre os movimentos de libertação nacional possibilitaram as condições para o estabelecimento de um território fértil para que atores externos atuassem na disputa; a internacionalização do conflito, com o aumento da influência estrangeira, que se deu pela necessidade de apoio financeiro, de materiais e militar dos grupos nacionalistas; a entrada estadunidense acarretou na intensificação da atuação soviética; e as potências globais não possuíam interesse em intervir diretamente, ocasionando na transferência da atuação para forças substitutas. Dessa forma, tais processos resultaram no agravamento das tensões e no prolongamento do conflito.

4.5 A GUERRA CIVIL ANGOLANA COMO UMA GUERRA POR PROCURAÇÃO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Diante do conceito e características da Guerra por Procuração, enunciadas por Andrew Mumford em 2013, será realizada a confrontação com a Guerra Civil Angolana no período compreendido entre 1975 e 1989.

Primeiramente, será analisado como as premissas da Guerra por Procuração, identificadas no capítulo dois, são similares ou discordantes aos fatos históricos examinados neste capítulo.

A teoria estabelece que a intervenção não se inicia pelo interesse do benfeitor, esse apenas se aproveita de uma situação conflituosa existente para buscar alcançar os seus

objetivos estratégicos. No caso concreto, apesar das influências ideológicas sobre os movimentos de libertação nacional terem acirrado as divergências entre eles, não é possível afirmar que os EUA ou a ex-URSS tenham criado intencionalmente as condições que iniciaram a guerra civil para possibilitar o engajamento entre eles. Além disso, é possível afirmar que as lideranças políticas de ambos Estados moldavam suas decisões, com base, principalmente, nas suas relações internacionais e interesses econômicos, que os levaram a assumir posições dentro do conflito angolano.

Os objetivos estratégicos do benfeitor devem estar alinhados com os de seus representantes. Assim, percebe-se que os movimentos de libertação nacional tinham como meta a conquista do poder em Angola e, para tal, necessitavam do suporte externo. Por sua vez, os estadunidenses e os soviéticos pretendiam que o futuro governo angolano estivesse orientado pelas suas ideologias, conforme estabelecido nas suas políticas externas e em busca dos seus interesses econômicos.

Para alcançar esses objetivos, os benfeitores que se utilizam da Guerra por Procuração procuram reduzir os riscos e custos. Para tal, os EUA não tinham interesse em apoiar com tropas os movimentos angolanos, visto que vinham de um engajamento direto na Guerra do Vietnã, cujo desenrolar trouxe elevados custos políticos, econômicos, sociais e de vidas, somados aos casos de escândalos políticos. Entretanto, sabendo que ex-URSS mantinha apoio a um dos lados do conflito, Washington decidiu estabelecer uma intervenção indireta com o suporte aos demais movimentos.

De forma similar, os soviéticos também não desejavam dar suporte direto à MPLA, pois isso traria dificuldades para a continuação da política de *détente* junto aos EUA, além da possível repercussão negativa entre os seus aliados africanos.

Além disso, tem-se que a despeito da intervenção ser indireta, para maximizar os interesses e minimizar os riscos, tais intervenções são realizadas de maneira ostensiva. Nesse

ponto a realidade se afasta da teoria, pois, verifica-se que Moscou tentou acobertar o seu envolvimento no litígio. Ao empregar Cuba como uma força substituta, a ex-URSS utilizou de mecanismos legais e formais com a finalidade de dissimular sua atuação indireta, ao mesmo tempo que contribuíam para que os soviéticos perseguissem os seus objetivos estratégicos no confronto.

As Guerras por Procuração têm a capacidade de acentuar e de alongar os conflitos. Nota-se que, na Guerra Civil Angolana, as forças conflitantes não teriam poder combatente suficiente para prolongar a disputa da maneira como ocorreu, sem o suporte financeiro, de materiais e militar. Assim sendo, desde a sua formação, os movimentos de libertação nacional davam vital importância à busca por apoio estrangeiro que sustentasse as hostilidades.

Igualmente, é importante salientar o papel das forças que intervieram diretamente no conflito para verificar se tais suportes de tropas atuaram no contexto da Guerra por Procuração. Conforme analisado nas seções anteriores, a África do Sul e Zaire, apesar de possuírem interesses próprios no conflito, recorreram à intervenção direta, principalmente, pela ação dos EUA, o qual empregou tais Estados como forças substitutas. Já Cuba, que aparentemente não possuía nenhum interesse claro em Angola, iniciou a ação militar para encobrir a atuação soviética. Dessa forma, conclui-se que as intervenções diretas na Guerra Civil Angolana durante o período da Guerra Fria agiam como forças substitutas dentro dos objetivos estratégicos das potências globais.

Por fim, analisando o conceito de Guerra por Procuração, conforme formulado por Mumford em 2013, pode-se claramente afirmar que os EUA e a ex-URSS intervieram indiretamente no conflito de Angola, com o interesse de manipular o seu desfecho, dado que ambos eram atores externos ao contexto da Guerra Civil Angolana e que forneciam armas,

dinheiro e treinamento aos movimentos que apoiavam. Adicionalmente, procuravam diminuir os riscos e alcançar os seus objetivos estratégicos sem se envolver numa intervenção direta.

Assim, contrastando a teoria de Guerra por Procuração na Guerra Civil Angolana no período compreendido entre 1975 e 1989, pode-se afirmar que o conflito analisado se comportou, em grande parte, de acordo com o conceito e premissas estabelecidas na teoria aprimorada por Andrew Mumford, no contexto pós-Guerra Fria.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscou-se confrontar a Teoria da Guerra por Procuração na Guerra Civil Angolana durante a Guerra Fria, por meio da análise dos fatores históricos que deram origem a esse conflito, a evolução e a dinâmica dos movimentos de libertação nacional, bem como as intervenções externas.

Tais interferências estrangeiras, atuando na Guerra Civil Angolana, foram o foco do trabalho. Para tal, foi apresentada a Guerra por Procuração como sendo uma intervenção indireta por Estados, os quais não estão relacionados a origem de um conflito, mas que almejam alcançar objetivos estratégicos próprios com esse tipo de envolvimento, conforme enunciado por Andrew Mumford em 2013.

Após isso, seguiu-se a identificação das principais características dessa forma de litígio, dentre as quais destaca-se: a diminuição dos riscos e custos para os benfeitores; a necessidade do conflito ter condições próprias para existir; os Estados apoiadores aproveitarem a disputa para alcançar seus objetivos estratégicos, devendo, contudo, estar alinhados com as metas de seus representantes; a atuação apesar de indireta, é ostensiva; e a escalada e o prolongamento do confronto.

O propósito era verificar se mesmo em uma definição formulada após contexto da Guerra Fria, ainda seria possível verificar a correspondência entre a teoria com um conflito do referido período. Dessa forma, a seguinte questão central de pesquisa foi formulada: Teria a Guerra Civil Angolana, durante a Guerra Fria, se comportado de acordo com o estabelecido na teoria de Guerra por Procuração aprimorada por Andrew Mumford, no contexto pós-Guerra Fria?

Inicialmente, para entender o desenvolvimento da Guerra Civil Angolana, foram apresentados o processo de independência, bem como a origem e desenvolvimento dos

movimentos de libertação nacional. Tais grupos travaram violentas disputas pela separação política da metrópole. Contudo não chegaram a unir forças contra Portugal, em função das influências estrangeiras, necessárias para o aporte financeiro e de materiais.

Durante o seu desenrolar, a Guerra Civil Angolana foi o palco do embate das políticas externas estadunidenses e soviéticas. A disputa de poder foi instaurada quando Portugal encerrou seu domínio sobre Angola. Nesse momento, as diferenças ideológicas entre os movimentos nacionalistas, originadas pelas intervenções estrangeiras durante as lutas de independência, agravaram-se.

A mudança de postura dos EUA, na direção a um maior investimento em seus representantes no confronto, contribuiu para a criação de um círculo vicioso de intensificação dos apoios de ambas as partes, causando o prolongamento e acirramento do conflito.

Assim, o prelúdio da Guerra Civil Angolana foi marcado pelo fenômeno de internacionalização do conflito, com a intervenção indireta das potências globais da época, acompanhada do envolvimento direto pela África do Sul, Zaire e Cuba, que agiam como forças substitutas, para que os EUA e a ex-URSS buscassem os seus objetivos estratégicos.

Tendo sido notada, apenas uma divergência ao contrastar o modelo teórico apresentado com a beligerância em estudo. No ponto em que, os soviéticos realizaram um esforço para ocultar que os cubanos atuavam no território de Angola como uma força substituta e que buscavam contribuir para o atingimento dos objetivos estratégicos da ex-URSS.

Apesar da teoria de Guerra por Procuração ter sido aprimorada após o fim da Guerra Fria, o conflito angolano apresentou diversas características que mantém um elevado grau de aderência com esse modelo teórico. Dessa forma, com a resposta afirmativa para a questão central de pesquisa concluiu-se que o propósito do trabalho foi alcançado.

Por fim, a título de reflexão, serão enunciadas outras questões de pesquisa que não foram objeto deste estudo: a Guerra Civil Angolana teve aderência ao modelo teórico de David Galula?; Que semelhanças e/ou diferenças podemos identificar entre a Guerra Civil Angolana durante a Guerra Fria e após o seu fim, quando consideramos os aspectos geopolíticos e de relações internacionais?; Teria a Guerra Civil Angolana, após o fim da Guerra Fria, comportado-se de acordo com a teoria de Ganância e Ressentimento formulada por Paul Collier e Anke Hoeffler?; e Teria a Guerra Civil Angolana, após o fim da Guerra Fria, comportado-se de acordo com a teoria de “Novas Guerras” de Mary Kaldor?

REFERÊNCIAS

ÂNGELIS, Rebeca. Você sabe o que foi o Apartheid?. *Notícias UNAMA*. Belém, 18 Jul. 2019. Disponível em: <<http://www.unama.br/noticias/voce-sabe-o-que-foi-o-apartheid-0>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

BONACINA, Amabilly; SERPA, Rafaela. A Revolução Angolana e seu Impacto Internacional. *Revista Perspectiva*, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 131-143, Fev./Mar. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/80168>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CARVALHO, Tiago Emanuel da Cunha. *O Conflito entre MPLA e UNITA/FNLA como Materialização do Confronto URSS/EUA: no contexto da Guerra Fria*. 2015. 68 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2015. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/5906>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CORDELL, Dennis D. Democratic Republic of the Congo. In: ENCICLOPÉDIA Britannica. Chicago: Encyclopaedia Britannica, Inc., 2020. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Democratic-Republic-of-the-Congo>>. Acesso em: 19 Jul. 2020.

CORREIA, Lúcia Sofia Pais. *O Papel dos Estados Unidos da América no Processo de Descolonização de Angola*. 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2016. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/6547>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

DEUTSCH, Karl W. External Involvement in Internal War. In: ECKSTEIN, Harry. (Ed.), *Internal War: Problems and Approaches*. New York: Free Press of Glencoe, 1964. p. 100 – 110.

HEPP, Carmem. *O Princípio da Autodeterminação dos Povos e sua aplicação aos Palestinos*. 2005. 84 f. Monografia (Bacharelato em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40400>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

HÖRING, Jéssica da SILVA. *Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola: Trajetória política, guerra civil e impactos sobre a construção do Estado (1975-2002)*. 2015. 99 f. Trabalho de conclusão (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140501>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

MCKENNA, Amy. SWAPO Party of Namibia. In: ENCICLOPÉDIA Britannica. Chicago: Encyclopaedia Britannica, Inc., 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/SWAPO-Party-of-Namibia>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MCMAHON, R. J. (Ed.); SANFORD, W. F. (Ed.); WELLS, S. B (Ed.). *Foreign Relations of the United States, 1955–57, Vol. X: Foreign Aid and Economic Defense Policy*. Washington: United States Government Printing Office, 1989. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v10>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

MUMFORD, Andrew. *Proxy Warfare*. Cambridge: Polity Press, 2013. 141 p.

PERLSTEIN, Rick. Watergate scandal. In: ENCICLOPÉDIA Britannica. Chicago: Encyclopaedia Britannica, Inc., 2020. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Watergate-Scandal>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

PERSICI, Rossana Sarmiento. *Guerra e Paz em Angola: Um Estudo sobre o Papel da ONU e das Grandes Potências*. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/1266-guerra-e-paz-em-angola-um-estudo-sobre-o-papel-da-onu-e-das-grandes-potencias>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

RAY, Michael. Mutual assured destruction. In: ENCICLOPÉDIA Britannica. Chicago: Encyclopaedia Britannica, Inc., 2020. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/mutual-assured-destruction>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

ROCHA, Milton Alberto Sousa. *A Guerra Fria no sul de África e respectivas consequências: Angola e África do Sul, 1975-1994*. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7435>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro. *O processo de paz em Angola: A Dimensão Internacional do Conflito Armado de Gbadolite à Luena*. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) - Universidade de Évora, Évora, 2015. Disponível em: <<http://www.rdpc.uevora.pt/handle/10174/13383>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. 2014. 319 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5958>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. *NEARI em Revista*, Recife, v. 04, n. 05, 2018. Disponível em: <<https://www.faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/660>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O fim da guerra não é o fim da guerra. *Revista Transversos. "Dossiê: História Pública: Escritas Contemporâneas de História"*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, p. 154-184, set. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/25600>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

TAFOTIE, J. R. D.; IDAHOSA, S. O. Conflicts in Africa and Major Powers: Proxy Wars, Zones of Influence or Provocating Instability. *Vestnik RUDN. International Relations*, vol. 16, n. 3, p. 451 – 460. set. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317175223_CONFLICTS_IN_AFRICA_AND_MAJOR_POWERS_PROXY_WARS_ZONE_OF_INFLUENCE_OR_PROVOCATING_INSTABILITY>. Acesso em: 02 abr. 2020.

TIBURCIO, James Augusto Pires. *Paz e Guerra em Angola: Um estudo exploratório*. 2009. 224 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/4129>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

WALLENFELDT, Jeff. Détente. In: ENCICLOPÉDIA Britannica. Chicago: Encyclopaedia Britannica, Inc., 2020. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/detente>>. Acesso em: 26 jun. 2020.